



## **Nas margens do doméstico: interações entre humanos e animais nas paisagens hídricas de duas metrópoles amazônicas**

Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares<sup>1</sup>

### **Resumo**

Em Belém (PA) e Manaus (PA) a água é parte significativa da vida urbana. Intensas chuvas e grandes massas hídricas no entorno dessas cidades conectam fragmentos de florestas, igarapés, nascentes e alagadiços que compõem um sistema de drenagem bastante transformado por intervenções do Estado ou ocupações espontâneas em áreas empobrecidas e de grande adensamento residencial. Este trabalho consiste na aproximação de dois universos de pesquisa em que se observou a interação entre humanos e animais selvagens por meio da presença da água no cotidiano. Em Belém essas interações ocorrem majoritariamente nas situações de desastre – inundações e alagamentos – em que são borradas as fronteiras da cidade com o mundo tido como “natural”, enquanto que em Manaus especula-se sobre a adesão desses animais às franjas do ambiente doméstico, onde passam a coexistir com os humanos. A etnografia – concluída em Belém e preliminar em Manaus – discute como essas interações expressam as relações contraditórias entre água e cidade mediadas por intervenções técnicas sobre o meio hídrico nos dois contextos e aponta para os agenciamentos interespecíficos que configuram paisagens de perturbação na Amazônia urbana.

Palavras-chave: Paisagem, Humanos e Não-Humanos, Água, Amazônia Urbana.

---

<sup>1</sup> Doutor em Antropologia Social/Universidade Federal do Amazonas - UFAM.

## **Considerações iniciais**

As presentes reflexões<sup>2</sup> se reconhecem como tributárias de pesquisas sobre memória, formas de sociabilidade e itinerários urbanos (Eckert e Rocha, 2005), que implicam em investigações sobre como os tempos individuais dos habitantes acomodam os tempos da cidade e se expressam em narrativas sobre seus processos de migração, trabalho e apropriação dos espaços urbanos, o que também inclui em uma leitura dos jogos e contradições presentes nas cidades. Nesse sentido, a memória não corresponderia apenas a lembranças do passado, mas a um esforço de ordenamento de instantes significativos, à tessitura de uma narrativa que dá sentido a uma existência caótica e descontínua, estabelecendo as pontes entre a trajetória dos sujeitos, seu presente e seus projetos para o futuro. Em outras palavras, a memória não se orienta em direção ao passado, mas a uma ação no mundo no momento presente, com vistas no horizonte de seus desdobramentos.

Do mesmo modo, este trabalho se orienta por uma leitura social das cidades desde a perspectiva segundo a qual seus espaços estão em constante disputa simbólica, na medida em que muitas vezes se constituem como espaços de indeterminação, fluidez e ambivalência. As margens da cidade, no sentido literal e figurado, considerando as margens dos cursos d'água, encerram práticas que oscilam entre cultura e natureza, o legal e o ilegal, o formal e o informal, assim como o público e o privado (Areb, 2022).

Para Arantes (2000), o espaço urbano é um espaço político, no sentido que este se trata de “estruturas e espaços criados para criar ordem e unidade no solo, ou para fazer valer um planejamento de longo prazo e ampla escala” (p.10). Os espaços criados pelo Estado ou em parceria com capitais privados a partir de políticas urbanas – políticas de patrimonialização, no caso do autor citado – encerram lógicas próprias, programações de seus usos e expectativas de ordem e disciplinamento que se chocam com aquilo que o autor chama de “paisagens vernáculas”, isto é, a vida própria das cidades que permite mobilidade, mudança, subversão, criatividade e contra-usos em relação ao que foi estabelecido nas “paisagens políticas”. A sobreposição entre essas duas paisagens cria

---

<sup>2</sup> Agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas – FAPEAM (POSGRAD 2023-2024).

espaços intersticiais, liminares e instáveis nos quais as práticas dos sujeitos que vivem a cidade entram em conflito com as políticas de disciplinamento do Estado e suas redes.

Em trabalhos anteriores sobre Belém (Soares, 2021; Soares, 2021; Soares e Silveira, 2022) discutimos como a memória coletiva é uma potência insurgente, na medida em que colocam sob perspectiva todas as categorias construídas sobre o espaço urbano que se pretendem universais, isto é, natureza e cultura, limpo e poluído, rio/igarapé e canal/vala, humano e não-humano. Essas categorias são tensionadas pela memória a partir de práticas cotidianas dos moradores que evocam os rios que aparentemente não existem mais, incorporados pela cidade e transformado por políticas públicas em canais de drenagem, valões, esgotos a céu aberto ou depósitos de lixo. As práticas cotidianas da água e da moradia sobre as águas – bem como as águas urbanas incontrolláveis – colocam em dúvida as verdades dos planejadores e técnicos, tendo como consequência o questionamento das políticas públicas e seus paradigmas. Para o caso de Manaus, destaco os trabalhos no campo em Antropologia de Rufino (2017), Iribarrem e Rufino (2020) e Areb (2022), que refletem sobre o habitar entre as águas como resistência, ao imprimir sobre a cidade saberes, temporalidades e modos de vida opostos à lógica cartesiana e industrial que se impõe com o projeto modernizador cuja expressão maior é a instalação dos complexos de fábricas e montadoras do Distrito Industrial.

Nas cidades ocorre uma reconfiguração da água como recurso e como meio onde se vive. Por um lado, a água chega até o consumo doméstico de modo naturalizado e fetichizado (Kaika, 2005), isto é, como se não fosse mediada por uma extensa rede de equipamentos – estações de captação e de tratamento, adutoras, encanamentos, hidrômetros – trabalho e conhecimento. O fluir da água pela torneira como fenômeno imediato ofusca as redes de produção e de tomada de decisão sobre o abastecimento de água, bem como as relações de poder que incidem sobre a distribuição desigual dos recursos hídricos entre os habitantes da cidade. Por outro, a urbanização e a consequente sedentarização das populações amazônicas nas cidades desarticula suas estratégias tradicionais de migração sazonal das áreas de várzea para as de terra firme, o que as torna mais vulneráveis à movimentação dos níveis de água, das marés e das enchentes. Estar na cidade significa desenvolver estratégias para conviver com a água, reconhecendo, como aponta o trabalho de Areb (2022), suas múltiplas manifestações e agências na

enchente e na vazante, como a “água-perigo”, a “água-risco”, a “água-suja”, a “água-desordem” e suas derivações como a “água-violenta”, a “água-morta”, mas também a “água-trabalho”, a “água-caminho” e – por que não? – a água-memória.

A água enquanto meio – isto é, como lugar onde se vive – é também o espaço em que múltiplos seres estabelecem interações ecológicas e simbólicas. O simbólico aqui não diz respeito apenas às narrativas, histórias e representações. Símbolos também emergem das interações entre os existentes que habitam as margens dos rios e igarapés, ocasionando uma hermenêutica do sensível (Silveira, 2020) pronta à interpretação dos ruídos sobre as folhas, dos cantos das aves, dos tremores das superfícies, do borbulhar das águas e dos movimentos dos corpos. Trata-se de lugares praticados por agências humanas e não-humanas que estabelecem um devir coexistencial. O fenômeno da sinurbização, isto é, a adaptação de espécies de animais selvagens ao ambiente urbano, também coloca o desafio de pensar as cidades não apenas como o lugar da diversidade sociocultural, mas de reconhecê-las como as complexas infraestruturas multiespécie que sempre foram (Vander Velden, 2022). Portanto, situar as agências não-humanas na produção da vida na cidade aponta na direção de uma “ecoantropologia urbana” (Silveira, 2020).

A proposta de Silveira (2020) postula que a presença dos não-humanos nas paisagens urbanas não deve ser lida a partir de uma perspectiva representacional, isto é, considerando apenas as ideias e significados atribuídos pelos seres humanos aos animais, plantas e outros entes, incluso a água. Para o autor, a análise deve se dar sobre a existência concreta de relações interespecíficas que co-produzem o espaço urbano, sobre as tensões do ajustamento dos seres uns aos outros, suas agências, adaptações e criatividade para a criação do se denomina “interagências paisageiras”.

O conceito de paisagem aproxima-nos das reflexões de Anna Tsing (2019), quando a autora o define como “padrões de atividade humana e não humana”, acrescentando também à paisagem uma dimensão temporal, tendo em vista que esses padrões se constituem a partir de ações recíprocas e seu resultado cumulativo ao longo do tempo. Assim, reconhece-se não-humanos como agentes históricos, imbricados aos humanos e com efeitos visíveis e amplificados pelo que a autora chama de infraestruturas industriais e imperiais.

Para o caso deste trabalho, considera-se a própria cidade como uma das infraestruturas industriais e imperiais do antropoceno. O que se identifica no senso comum como “problemas ambientais” ou a “questão ambiental” na cidade se expressa a partir daquilo que a terminologia de Anna Tsing define como agentes ferais do antropoceno: o lixo, o plástico, as espécies “invasoras”, a poluição, as inúmeras formas de contaminação, enfim, tudo o que, em grande parte, emerge das águas dos igarapés de cidades como Belém e Manaus. Trata-se, portanto, de uma “diversidade contaminada” constituída por composições entre humanos e outros agentes não-humanos que produzem o que a autora denomina “ecossistemas de perturbação humana”, sinalizando formas de adaptação colaborativa em “paisagens de perturbação lenta”, ou seja, ecossistemas antropogênicos onde outras espécies ainda podem coexistir com humanos. Longe de serem consideradas a-morais ou a-políticas, essas paisagens de perturbação encerram histórias de marginalização e assimetrias de poder que podem aparecer em múltiplas narrativas sobre a cidade. A seguir, escreverei sobre algumas dessas histórias que emergiram de contextos de pesquisa distintos, em Belém e Manaus, conectados pela água.

### **A Bacia do Una em Belém (PA)**

Entre 2013 e 2016 desenvolvi uma pesquisa em Belém motivado a discutir as formas pelas quais os moradores de áreas próximas aos igarapés<sup>3</sup> pensavam as transformações de suas relações com a água na Bacia do Una, uma área ocupada na segunda metade do século XX por migrantes pobres oriundos do interior do Pará e de outros estados brasileiros. Isso implicaria em compreender como estes moradores acomodavam o tempo da cidade e de sua relação com as águas urbanas em seus tempos individuais e coletivos, que apareceriam nas suas narrativas de migração, ocupação e conquista desses territórios da cidade. O que também emergiu no contexto da pesquisa foram as narrativas sobre as experiências dos moradores e suas famílias com as inundações provocadas pelo transbordamento dos igarapés e canais de drenagem, tanto as que ocorriam no passado, quanto as que ocorrem ainda hoje (Soares e Cruz, 2019). Compreendi, a partir dos relatos de grupos de moradores prejudicados por inundações,

---

<sup>3</sup> Termo amazônico utilizado para designar cursos d'água de tamanho variável, geralmente tributários menores dos rios principais em uma região.

que estas não aconteciam por conta da ausência de políticas públicas de drenagem, mas como impacto resultante do modo como essas políticas foram executadas e pelo resultado cumulativo de decisões políticas tomadas ao longo do tempo.

As transformações mais significativas na Bacia do Una começaram a acontecer no fim da década de 1970, com a remoção forçada de moradores e a retificação de alguns dos principais cursos d'água da região (Abelém, 2018). Obras pontuais como essa continuaram a ocorrer ao longo dos anos 1980. A mudança mais radical, no entanto, aconteceu somente a partir de 1993, com uma grande obra de reforma urbana que tinha o objetivo de beneficiar toda a extensão territorial da Bacia do Una. A essa grande obra chamaremos de “Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una” ou, para simplificar, “Projeto Una”. Esse projeto financiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) foi responsável pela urbanização de grande parte da Bacia do Una: áreas alagadas foram aterradas, ruas foram pavimentadas e instalou-se equipamentos de abastecimento de água e rede de esgoto nas “baixadas” (como são chamadas as favelas em Belém). Porém, a realização do Projeto Una que mais chamou atenção foram as obras de macrodrenagem, que transformaram o conjunto de igarapés da região em um sistema de canais e galerias para acumulação de água, controlado pelas comportas do Una e do Jacaré, que são operadas manualmente e ficam localizadas na foz do Igarapé/Canal do Una.

O objetivo manifesto da criação desse sistema de macrodrenagem era dar uma solução para o problema histórico das inundações e alagamentos nas baixadas onde moravam, na época, cerca de 600 mil pessoas (Pará, 2006). As obras do Projeto Una foram dadas como concluídas no final de 2004. No entanto, os resultados apareceram logo em 2005. Durante o inverno amazônico, os canais transbordaram com as grandes chuvas. Ruas e residências ficaram submersas. Os poderes públicos se pronunciaram, dizendo que aquela havia sido a “chuva do século”. Aquilo que deveria ter sido um episódio excepcional em 2005, acabou se repetindo em 2006, 2007, 2008 e assim por diante, aumentando em frequência e intensidade após a conclusão do projeto.

O ano de 2013, quando iniciei a pesquisa de campo em Belém, foi particularmente difícil para os moradores das áreas mais atingidas pelo transbordamento dos canais. Um grupo desses moradores – que havia se intitulado Frente dos Moradores Prejudicados da

Bacia do Una (FMPBU) – começou a pesquisar por conta própria as causas dessas inundações que ocorriam mesmo depois de massivos investimentos em políticas públicas para urbanização e controle das enchentes na área. Esses moradores – entre os que estavam à frente do movimento havia um técnico administrativo e um bibliotecário – não tinham nenhuma formação em engenharia sanitária ou conheciam sobre hidráulica e hidrodinâmica de canais. Ainda assim, construíram a percepção de que a causa das inundações não era “natural” e estava ligada a irregularidades na execução do Projeto Una e à falta de manutenção das obras após concluídas. Essa hipótese foi aceita pela Promotoria de Meio Ambiente do Ministério Público Estadual e utilizada na petição inicial do processo que deu origem a uma Ação Civil Pública (ACP) ambiental<sup>4</sup> contra a Prefeitura, o Governo do Estado e a Companhia de Saneamento do Pará, todos envolvidos na execução e manutenção das obras do Projeto Una, obrigando-os a realizar a manutenção do sistema de macrodrenagem e concluir obras pendentes.

Com sucesso, a “naturalidade” das inundações foi problematizada, reconhecendo-se, ao menos entre a FMPBU e o sistema de justiça, as suas causas políticas. No entanto, esses atores até hoje definem o problema político como a má execução da técnica, isto é, a falta de manutenção do sistema de drenagem e a falta de execução de obras pendentes do projeto. Haveria, no entanto, muitas camadas entre o que se define como técnica e política. Entre elas, há o problema das escolhas (políticas) entre modelos (técnicos) de projeto, as negociações em redes micro, meso e macro que antecedem a execução das obras; a imposição de uma paisagem política por vias da institucionalização das relações entre cidade e natureza mediada pelas obras do Projeto Una; a construção – como processo político de resistência – de paisagens vernáculas pelos moradores a partir dos equipamentos e materiais deixados pela intervenção técnica nos igarapés, ou seja, o que as pessoas fizeram da política que foi implementada; a constituição de composições e assembleias de seres a partir do projeto e seus impactos como inundações e alagamentos.

Nesse tópico dou atenção especial a este último ponto, tendo como foco as interações entre humanos e animais na Bacia do Una, pois este tema pode ser capaz de expressar as contradições entre cidade e água que se manifestam na experiência de

---

<sup>4</sup> Processo nº 0014371-32.2008.814.0301.

moradores com do Projeto Una. As narrativas sobre esses encontros conectam memória e práticas da água que desafiam as lógicas das políticas estabelecidas pelo Projeto Una, como veremos a seguir.

Conheci Alexandre em 2013, entre reuniões de moradores, conversas com engenheiros, negociações com agentes do sistema de justiça e audiências públicas em que se discutiam as causas e soluções para as inundações na Bacia do Una. Ativista da FMPBU, Alexandre morava na época em uma casa destruída pelas inundações provocadas pelo transbordamento do Canal do Galo, no bairro da Pedreira. Em uma das vezes em que o visitei, ele contou a história daquela casa onde sua mãe e sua irmã tinham vivido, transportando-me para um período anterior à execução das obras de macrodrenagem. Contou-me que durante sua infância a família preferia morar próximo do centro de Belém, ainda que aquela área não tivesse infraestrutura urbana. O igarapé, no entanto, já tinha sido canalizado por uma intervenção anterior ao Projeto Una. A sua rua já tinha sido aterrada, ele não caminhava mais sobre pontes de madeira para chegar em casa. Porém, naquela rua chamada Vila Freitas todas as casas ainda tinham o quintal alagado ou o assoalho construído sobre a água que se acumulava nos interiores das quadras.

Sob o assoalho da casa de Alexandre, ele contou, vivia uma família de muçuns (*Sybranchus sp*), uma espécie de peixe pulmonado de pele também chamado de cobra-cega. Os muçuns se alimentavam dos restos de comida que caíam na água enquanto a mãe de Alexandre lavava a louça do almoço. Observando com curiosidade os animais que emergiam para comer essas sobras, o pequeno Alexandre jogava biscoitos cream-cracker na água para alimentar os bichos que ele pensava serem cobras.

Ele lembra que na época havia inundações, mas não com a mesma frequência que passaram a ocorrer depois do Projeto Una. No entanto, houve um episódio que ficou marcado na memória de Alexandre, cujo relato consegui registrar em uma entrevista:

No dia 14 de abril de 1986 deu uma chuva. O Projeto Una, ainda não se ouvia falar em Projeto Una. [...] Então, quando a mamãe acordou de manhã, quando ela tentou descer a escada, quando a mamãe pisou... Ela achou estranho o botijão de gás flutuando dentro da casa. E algumas coisas assim, panela, flutuando. E aí o quê que a mamãe faz? Ela bateu na parede me chamando: “Alexandre, Alexandre, acorda!” Aí quando eu me acordei, eu me sentei na cama e meti o pé na água. Aí: “meu

deus, água!” [...] E aí quando eu acendi a luz eu vi a água limpa e o meu sapato, um com a meia boiando e outro com a meia no fundo. O sapato do uniforme da escola. E o que me ocorreu naquela hora? Aquelas cobras, aqueles muçuns, aquelas moreias que eu dava alimento: “eles devem estar aqui dentro”!

A narrativa indica o estabelecimento de relações sinantrópicas que consideram o coabitar e o comensalismo entre humanos e não-humanos, na qual os peixes muçuns povoavam as franjas do espaço doméstico, tirando proveito das interações com os humanos. A inundação, no entanto, rompe a tácita relação de comensalidade que existia quando os muçuns apenas se alimentavam das sobras de comida. Agora há uma convivência indesejada – ao menos para Alexandre – quando seres de espécies diferentes compartilham a água como meio e compõem aquela paisagem de perturbação.

Durante o período de pesquisa e até os dias de hoje, moradores da Bacia do Una que moram próximos aos canais ou em áreas alagadas constantemente relatam encontros com animais selvagens durante a estação chuvosa, principalmente com répteis. Pessoas com quem conversei no campo acreditam que estes animais são exógenos à cidade, isto é, que vem dos rios e das florestas que rodeiam Belém. Quando chegam à cidade, cobras e jacarés ficariam presos na rede de drenagem, sem encontrar o caminho de volta. Outra possibilidade é que eles simplesmente considerem a rede como um lugar habitável, onde encontram facilmente comida e abrigo. Quando há sobrecarga do sistema de drenagem devido a chuvas intensas, esses animais são transportados – ou transportam-se? – pelas inundações até as ruas e residências, em especial aquelas construídas sobre terrenos alagadiços.

Dona Barroso (uma senhora 74 anos na época da pesquisa) e sua família moram em um bolsão de alagamento<sup>5</sup> chamado Nova Aliança, localizado no encontro entre o Canal do Una e o Canal São Joaquim. Ex-operária da Castanha e ativa no movimento de mulheres, Dona Barroso chegou criança àquela área e conta que o seu pai sustentava a família com a pesca nos igarapés e na Baía do Guajará. Certa vez ela me contou uma história que combinava boas doses de fato e fantasia, ao gosto de um realismo fantástico

---

<sup>5</sup> Esse termo se refere ao interior de quarteirões que permanecem abaixo do nível da pista, sem aterramento, como uma espécie de bacia sem escoamento para água da chuva. Na maior parte dos casos essas áreas também recebem as águas servidas e o esgoto sanitário das residências, que se acumulam sob as casas.

amazônico. Até pouco tempo uma cobra sucuri (*Eunectes murinus*) vivia embaixo da casa de uma de suas vizinhas. A casa frágil, construída com madeira, costumava chacoalhar quando a serpente se movia no alagado sob o assoalho. A família começou a temer quando perceberam que com o passar do tempo a cobra estava crescendo exponencialmente, chegando a capturar e devorar um gato. Temendo por suas crianças pequenas, a vizinha finalmente chamou o corpo de bombeiros, que apreendeu a criatura.

Em um primeiro plano essas histórias mostram as assimetrias presentes no processo de urbanização de Belém, a distribuição desigual da infraestrutura urbana e do risco, bem como as experiências concretas de pessoas com políticas públicas de saneamento. A Vila Freitas e a Nova Aliança permanecem como pendências do Projeto Una, áreas ignoradas ou excluídas do escopo de obras do programa. Para além disso, as inundações desastrosas e o conseqüente encontro com esses animais indica as fragilidades do paradigma “moderno” que opõe cidade e natureza. Nesse sentido, projetos como o da Bacia do Una são baseados na imposição de uma paisagem política que tenta criar condutas padronizadas e dar previsibilidade ao convívio com as águas urbanas e com os seres que as habitam. Imaginando-se como detentor do conhecimento técnico e científico, o humano se vê como controlador do mundo natural, responsável por fazer viver ou fazer morrer espécies animais, vegetais, bem como os seus ecossistemas.

Nessas ocasiões, a natureza aparece como monstruosidade (Hoffman, 2002) personificada na irrefreabilidade das águas e na presença indesejada de animais perigosos. O desastre evidencia a crise nos modelos de urbanização implementados pelos tecnocratas, abalando a fé no progresso e colocando em ponderação o fiasco tecnológico das cidades. Mas há um contraponto: nas inundações o rio negado pelas políticas públicas e domado pela técnica se faz notar novamente. Animais emergem de uma paisagem que se considerava estéril e sem vida, indicando socialidades possíveis e partilhando das mesmas substâncias que os humanos. A memória evoca convivências interespecíficas e relações dos moradores com a água que foram desconsideradas por planejadores e *experts*, reconhecendo rios e igarapés que não mais deveriam existir.

## **A Bacia do Mindu em Manaus (AM)**

Em Manaus, o universo da pesquisa mais recente constitui a Bacia Hidrográfica do Mindu, uma sub-bacia do Igarapé São Raimundo. Essa Bacia passou por processos recentes de intervenção desde a sua foz até o médio curso de suas calhas principais. Na foz, ocorreu a criação do Parque Rio Negro no Bairro São Raimundo em 2015 e a remoção/reassentamento de moradores das casas palafitas das margens do Rio Negro e do Igarapé São Raimundo pelo Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, o PROSAMIN (Rufino, 2021; Iribarrem e Rufino, 2020). Adentrando a cidade, observa-se no médio curso do Igarapé do Mindu intervenções na forma de parques e áreas de lazer destinados ao uso de camadas médias (Pessoa, 2009).

Entre outras intervenções sobre o igarapé, destaca-se a criação do Parque do Mindu em 1993 e sua posterior ampliação em 2007 (Norte Filho, 2015). No mesmo ano a prefeitura instituiu o Corredor Ecológico do Mindu, considerado o primeiro corredor ecológico em área urbana no Brasil (Nascimento, 2013) e que começa no bairro do Novo Aleixo, na Zona Leste (já considerada uma área de ocupação popular e recente), chegando até bairros da Zona Centro-Sul (ocupados majoritariamente por camadas médias), em uma extensão de 7 quilômetros. Em todos os casos, encontram-se políticas que institucionalizam a relação entre cidade e natureza, disciplinando acesso e usos dos cursos d'água.

Causou-me estranhamento, por exemplo, que no Parque do Mindu não se possa ver ou chegar perto do igarapé. Poucos meses após minha mudança para Manaus, quando visitei o parque pela primeira vez, fui surpreendido por uma cerca impedindo passagem de visitantes a uma considerável distância do curso d'água. Na cerca havia um aviso: “Não ultrapasse. Cuidado com os jacarés”. Mesmo a expectativa de contato com esses animais selvagens foi frustrada. No lugar onde deveriam estar os jacarés havia apenas uma quantidade expressiva de lixo amontoado. Bem ao fundo era possível ouvir o barulho da água correndo e o cheiro de esgoto preenchia o ambiente.

O interior dos bairros ainda é recortado por pequenos afluentes do Mindu. As margens de alguns desses são consideradas Áreas de Preservação Permanente, em uma tentativa de conservar áreas verdes em meio ao cinza que predomina no tecido urbano. Outros pequenos igarapés seguem com pouca ou nenhuma intervenção, avançando pelo

interior das quadras, onde se encontram casas palafitas erguidas em madeira ou alvenaria. Nas conversas informais com pequenos comerciantes que trabalham próximo a esses cursos d'água, ou mesmo moradores dessas áreas, estes se referiram aos igarapés pelo nome do curso principal – “Esse aí é o Mindu” – ou não souberam informar como são chamados. Estes permanecem, até o momento, igarapés-sem-nome.

Nota-se que alguns dos principais afluentes da Bacia do Mindu não sofreram intervenção no modelo via-canal. Este paradigma modernista, hegemônico pelo menos desde os anos 60 no Brasil, consiste em situar o curso d'água entre duas pistas de rodagem de veículos, fazendo coincidir os sistemas viário e de drenagem. Trata-se de uma solução tecnocrática utilizada para transformar rios urbanos – tidos obstáculo ou inconveniente à expansão da cidade – em parte da malha urbana. Ainda assim, alguns trechos de cursos da Bacia do Mindu se apresentam como via-canal, a exemplo do curso no bairro do Novo Aleixo, onde atualmente está sendo construído um parque linear. O paradigma via-canal também ocorre nos igarapés de outras bacias urbanas como a de Educandos, por exemplo. Em Manaus, portanto, coexistem modelos de projetos de drenagem distintos e áreas não beneficiadas que se sucederam no tempo da cidade, mas que se sobrepõem no espaço, criando um mosaico de arranjos entre cidade e água que evocam diferentes temporalidades da ocupação dos bairros e do alastramento da cidade sobre igarapés e áreas verdes.

Diversas também são as experiências dos habitantes com estes cursos d'água, condicionadas por marcadores inicialmente identificados como de classe e raça, passando pela moradia em palafitas próximo à foz com o Rio Negro, pela presença de shoppings e centros de negócios às margens do igarapé, pela moradia em prédios de classe média alta no Passeio do Mindu<sup>6</sup>, pela visita dos Parques dos Bilhares e do Mindu, pela moradia em palafitas no interior das quadras do bairro Parque 10 de Novembro e pelos quintais limítrofes com as APPs e com muros e cercas que separam os igarapés das ruas e dos espaços domésticos.

---

<sup>6</sup> O Passeio do Mindu corresponde a uma área do bairro de Adrianópolis, considerado de classe média e média alta, que sofreu uma intervenção transformando-a em um corredor de lazer nas duas margens do Igarapé do Mindu, com ciclovias, espaço para *jogging*, quadras de esportes e rampas de para skate. A despeito do mau-cheiro que exala do igarapé, a área foi alvo de grande valorização imobiliária na última década.

Tenho percorrido esses lugares por meio da bicicleta, utilizando o método da observação flutuante (Petonnet, 2008). Esta modalidade de etnografia admite a possibilidade de uso dos trajetos e itinerários cotidianos do pesquisador, valendo-se da dimensão urbana do anonimato e dos encontros efêmeros entre os cidadãos nos espaços públicos. Durante as pedaladas, tenho deixado a atenção disponível às circunstâncias, deixando que os dados etnográficos surjam dos diálogos com interlocutores e das situações sociais observadas/vivenciadas às margens dos igarapés. Em outro sentido, trata-se de uma etnografia de rua (Eckert e Rocha, 2013), na medida em que se constrói um registro desses itinerários na forma de uma cartografia do cotidiano envolvendo a diversidade dos usos, práticas, resistências e histórias da relação entre os habitantes e os igarapés, bem como das relações entre humanos e não-humanos – peixes, jacarés, cobras, capivaras, iguanas, encantados e até a própria água – que convivem nesses lugares. Como propõe Michel de Certeau (1994), é importante articular enunciações pedestres, isto é, contar histórias escritas pelos nossos passos – e pelos passos dos sujeitos pesquisados – na cidade. No entanto, para o caso dessa pesquisa, os passos do pesquisador serão escritos pelas rodas da bicicleta<sup>7</sup>.

No feriado do dia do aniversário de Manaus, pedalei até um supermercado na avenida Tancredo Neves, no bairro do Parque 10 de Novembro. De lá, desci em direção à avenida Alexandre Magno pela rua Maurice de Ravel, que após uma curva muda de nome para Ítalo Calvino. Nessa curva existe um pequeno lago rodeado por uma área de mata que fica de frente para uma área de comércio popular e de becos que dão acesso a casas palafitas erguidas sobre a água. Trata-se de uma área mais pobre dentro de um bairro considerado de classe média. Parei às margens do lago e puxei assunto com um rapaz vendedor de frutas e verduras que ali mantém seu comércio. Ele me contou que aquele terreno alagado era, na verdade, uma nascente. Aquele igarapé-sem-nome percorria o interior do bairro – por entre casas palafitas, esgoto, lixo e áreas verdes – até desaguar no Mindu.

---

<sup>7</sup> O uso da bicicleta na etnografia – ou a figura do pesquisador-ciclista – não tem discussão ampla na Antropologia, com algumas exceções, como é o caso das etnografias de Leila Pantoja em Brasília (2014) e de Eduardo Souza em São Paulo (2019). Por sua vez, são abundantes os registros etnográficos da sociabilidade de grupos de ciclistas urbanos e dos deslocamentos de trabalhadores de bicicleta pela cidade, inclusive de entregadores de pedidos por aplicativos (Oliveira, 2022).

Eu já havia passado por ali antes e percebido a presença de peixes e jacarés no lago-nascente. Naquele dia o rapaz disse que já havia contato 16 jacarés diferentes naquela água. Entre os peixes, ele já tinha identificado o acará (*Geophagus brasiliensis*) e o bodó (*Hypostomus plecostomus*). Na hora lembrei que essas são duas espécies resistentes que vivem na “água suja”, isto é, com pouco oxigênio. O bodó, principalmente, é bastante associado às classes populares manauaras por duas razões: em primeiro lugar pela sua dieta, que inclui esse peixe cascudo – que para mim tem aparência assustadora – vendido a preços menores nos mercados. Em segundo, pelo seu local de moradia. Em Manaus as áreas alagadiças e próximas aos igarapés onde moram pessoas mais pobres são chamadas pejorativamente de “bodozal”, em alusão ao peixe que vive na lama e se alimenta de dejetos. Ao vincular o acari bodó exclusivamente à sujeira, perde-se de vista que ele é, na verdade, um agente purificador das águas. Algumas espécies de acari são inclusive usadas na limpeza de aquários ornamentais. Quando o associamos à pobreza, desconsideramos sua riqueza nutricional – semelhante à do peixe “nobre” da região, o tambaqui – e a possibilidade de manejo de todos os seus componentes, inclusive da couraça. Estranhando apenas a sua feiúra – como é o meu caso – não é percebida a sua participação nas assembleias de seres que atraem os olhares do jovem vendedor de frutas para água, educando sua atenção para notar o lago-nascente em um lugar onde passantes como eu enxergaram apenas uma área alagada e degradada.

Diariamente às quatro da tarde os jacarés sobem para tomar sol às margens do lago, bem próximo do asfalto. Há a presença do lixo, mas não de cercas ou placas proibindo a passagem. Em um de minhas passagens pelo local, observei um homem fumando à beira do lago a uma distância de pouco mais de um metro de um filhote de jacaré, os dois parecendo bem distraídos. Quando me aproximei, o réptil saltou para a água. Os moradores da área alimentam os jacarés com pele de frango e outros restos de comida. Outro dia, nesse mesmo local avistei uma mulher observando os bichos na companhia de uma criança pequena. Era fim de tarde, o sol baixo. Ela jogava farelos de pão na água para os jacarés, sem que estes manifestassem qualquer reação. Apenas os peixes iam beliscar a comida.

Nesse dia, ainda no segundo semestre de 2022, o lago parecia mais fundo e avolumado. Um senhor que também se distraía pelo local me contou que alguém havia

construído uma barragem na saída da água do lago-nascente. Essa pessoa era seu Roberto, dono de uma borracharia construída avançando sobre a água. Quando perguntei a ele porque ele havia construído aquela estrutura para bloquear a saída da água, ele me respondeu que o lago às vezes secava um pouco e que queria dar mais espaço para os animais que ali viviam. Ele alimenta todos os dias os peixes do local com ração. Seu Roberto também contou que, periodicamente, alguns moradores retiravam o lixo que se acumulava no fundo e nas margens do lago-nascente.

A época mais chuvosa veio no início de 2023, atingindo seu ápice no mês de março, quando uma grande chuva e fortes ventos provocaram deslizamentos de terra em algumas comunidades da Zona Leste e enxurradas levaram casas inteiras construídas sobre igarapés em outras áreas da cidade. Naquele mês, logo após a grande chuva do dia 11 de março, passei à tarde pelo lago-nascente. Era uma segunda-feira e nesse dia o lugar estava vazio, com exceção da borracharia de seu Roberto. Ao me aproximar, percebi que o nível da água estava mais baixo. Perguntei a seu Roberto sobre os jacarés e ele me contou que tinham ido embora: no dia anterior a força da chuva rompeu a barragem e os jacarés escaparam junto com a água que fluiu do lago-nascente para o igarapé-sem-nome.

Imaginei os dezesseis jacarés se espalhando pelo igarapé em direção ao Mindu, por entre as casas palafitas, o esgoto, o lixo e as áreas verdes de APPs. Lembrei da vez que perguntei a seu Roberto como os jacarés tinham chegado até aquele local e ele me respondeu que os animais antes viviam no Mindu e a água os havia trazido durante uma enchente. Eu duvidei, pensando nos desníveis, nas quedas d'água e nos labirintos de bueiros e galerias subterrâneas que dificultariam o deslocamento desses répteis contra o fluxo do igarapé. Do mesmo modo, agora a chuva também teria ajudado os animais a encontrarem o caminho de volta ao curso principal da bacia.

Nos casos apresentados sobre Belém e Manaus existem duas ideias questionáveis relativa à produção de paisagens políticas de ordenamento da relação com a água. A primeira é justamente a ideia de que nas cidades amazônicas – e mesmo em outras – seria possível controlar ou disciplinar o contato com a água e com os seres que nelas vivem. A segunda é a de que animais selvagens são exteriores ao ambiente urbano, sendo sua presença uma espécie de acidente ou falha na capacidade das infraestruturas imperiais e industriais em separar natureza e cidade. O que se nota, ao contrário, é que eles não

ocupam determinados espaços apesar da presença humana e da urbanização, mas sim por causa delas e das interações possíveis em um ambiente altamente antropizado, sendo essa uma expressão nas cidades do que tem se denominado antropoceno.

Vander Velden (2022) utiliza a categoria pets silvestres para designar animais selvagens domesticados nas residências de Porto Velho (RO), referindo-se a eles como naturezasculturas, uma espécie de híbrido entre opostos ontológicos, isto é, a cidade domesticação/cultura e a natureza selvagem. O autor pergunta-se qual a motivação dos sujeitos em manter esses animais em cativeiro, refletindo sobre o prazer estético e ostentatório que proporcionam, além do fato de que simbolizam poder – daí a proliferação de fotos com grandes felinos em redes sociais e aplicativos de namoro. O autor também chama atenção para o fato de que na Europa a urbanização acelerada a partir do século XVII ocasionou um grande aumento no número de animais de estimação e isso pode ser interpretado como uma espécie de nostalgia em relação aos antigos modos de vida rurais e certa romantização da vida no campo e do que se idealiza como contato com a “natureza”, então considerado a partir de uma retórica da perda.

Andreia Osório (2022), por sua vez, enxerga as contradições da visão idílica sobre a presença de animais nas cidades brasileiras entre o fim do século XIX e início do século XX. Ela indica que com o desejo de modernização das cidades passa a ser inaceitável qualquer presença do rural no mundo urbano. Isso tem implicações nos processos de domesticação e de regramentos na lida com os animais na cidade, que são categorizados entre animais de trabalho, animais de abate e animais de consumo, estes últimos representados principalmente pelos cães de raça. A noção de maus tratos é reconhecida em relação aos bichos de grife, enquanto se procede à expulsão e eliminação daqueles animais indomesticáveis como parte de um processo que a autora chama de desruralização da sociedade orientado pelo saber médico e científico.

Em Belém e Manaus não se observa uma coisa nem a outra. Nas passagens descritas nesse artigo não há animais de ostentação ou aversão completa. Da mesma forma que alguns bichos exercem fascínio e curiosidade, sua presença também não chega a remeter a um estado idealizado de contato com o rural e/ou natural. O que se percebe na relação entre moradores e animais silvestres é que há um esforço conflitante para partilhar a água como meio em contextos de grande precarização da vida urbana. Ali,

certa alteridade é reconhecida e comunica-se através de tremores, borbulhas e ondulações, às vezes partilhando as mesmas substâncias – os alimentos e os dejetos.

Entre os moradores das áreas pobres da Bacia do Una ou da Bacia do Mindu, não há tentativa de controlar a agência dos animais. Existe, no limite, a possibilidade de conviver, mantendo as fronteiras entre o ambiente do animal e o ambiente dos seres humanos – por mais que o animal ainda habite nas franjas do espaço doméstico – diante de circunstâncias capazes de obliterar esses esforços, embaralhando cidade e natureza sobretudo em eventos desastrosos como as enchentes.

Ainda assim, o esquema de Vander Velden (2022) para pensar pets silvestres como naturezasculturas também é interessante para refletir sobre os animais selvagens que interagem com humanos nos espaços públicos, nos cursos d'água antropizados, nas nascentes represadas ou, mesmo, nos alagadiços sob as residências. Se são seres situados entre as interações da natureza e da cidade, então também são, portanto, naturezasculturas urbanas. A diferença é de pólo: a presença desses animais nas margens do doméstico e suas interações com os humanos não culturalizam os bichos. Pelo contrário, sua presença pode apontar para a renaturalização da cidade, colocando em cheque o projeto civilizacional urbano baseado no ideário moderno de triunfo da razão pela supressão da natureza. A partir daí, como sugeriu Anna Tsing (2019), torna-se possível vislumbrar outras formas de habitar um mundo em ruínas.

## **Desfecho**

As reflexões sobre as águas da Bacia do Una e da Bacia do Mindu mostram as assembleias entre seres humanos e não-humanos, entre seres vivos e materiais não vitais como a água mostram as formas pelas quais organismos, materiais e outros existentes interagem e tornam a vida possível nas cidades, dentro de contextos de crise e desastre. Observa-se os agenciamentos interespecíficos na cidade a que se refere a proposta de uma ecoantropologia urbana (Silveira, 2020).

As histórias de moradores em seus bairros e seus encontros com animais também indicam que nos encontramos diante de uma Antropologia da água (Ballester, 2019), ou mesmo, de uma Antropologia que emerge das águas (Teixeira e Quintela, 2011). Antropologias da água convergem no sentido de constituírem-se como um campo de

pesquisa relacional atentas aos múltiplos significados, agenciamentos e temporalidades da água, em que esta aparece como recurso quando observada insuficiente ou percebida em excesso, como no caso das inundações; como pretexto, quando consideradas enquanto um meio para pensar políticas de intervenção em orlas fluviais e marítimas, canalizações de cursos d'água e criação de corredores ecológicos acompanhando rios urbanos e, também, como ensejo para se pensar as assimetrias sociais urbanas e a consequente distribuição desigual dos riscos, recursos e acesso a políticas de habitação e saneamento. A água-meio também inclui a memória, as práticas, os conhecimentos e as convivialidades que orbitam os espaços dos rios, igarapés e suas nascentes.

Enfim, as experiências em Belém e Manaus tratadas neste artigo também seguem na direção apontada por Andrea Ballesterio (2019), que chama atenção para a necessidade de uma Antropologia que possa contribuir no repensar de nossas visões idealizadas sobre o que é a água. Belém, Manaus e muitas outras desestabilizam a imagem da água cristalina e impoluta, ao apresentarem seus cursos d'água enturvecidos, agonizantes, repletos de resíduos sólidos e de esgotamento sanitário, irredutíveis às noções de ciclo hidrológico e ciclo hidrossocial próprias ao planejamento urbano modernista. Longe de se constituir como um elemento inerte que existe por si próprio, a água – ou a ideia que fazemos sobre como a água deve se oferecer aos sentidos – é sempre um ajuntamento de histórias e experiências que emerge das relações efetivas que os seres mantêm com ela e entre si mediadas pela presença hídrica. Trata-se também de pensar a situação contemporânea dos rios urbanos no Brasil, e em especial nas cidades amazônicas, não apenas como desvio à norma, mas como uma das configurações possíveis das naturezas futuras, quando, segundo a autora, a ideia do antropoceno faz convergir sonhos utópicos e pesadelos distópicos sobre a água.

## **Referências**

ABELÉM, Aurileia. 2018. *Urbanização: para que e para quem?* Belém: NAEA/UFPA.

AREB, Matheus V. 2022. *A cidade e as águas enquanto dimensão simbólica entre os habitantes do Igarapé de Educandos - Manaus/AM.* (Dissertação) Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

BALLESTERO, Andrea. 2019. The Anthropology of water. *Annual Review of Anthropology*, n.48, 405-421.

CERTEAU, Michel de. 1994. *A invenção do cotidiano*. Volume 1: artes de fazer. Petrópolis: Vozes.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana L. C. 2005. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: UFRGS.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana L. C. 2013. Etnografia de e na rua: estudo de antropologia urbana. In: Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha (Orgs.). *Etnografia de rua: estudos de Antropologia Urbana*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.21-45.

HOFFMAN, Susanna. 2002. The Monster and the Mother: The Symbolism of Disaster. In: HOFFMAN, Susanna e OLIVERSMITH, Anthony (orgs.). *Catastrophe and Culture: The Anthropology of disasters*. Santa Fe: School of American Research Press, p. 113-142.

IRIBARREM, Camila. G.; RUFINO, Márcia R. C. F. 2020. Percursos, imagens e sentidos: etnografando os modelos insurgentes de habitar a cidade em Manaus. *Anais 32º RBA*. Disponível em: <<https://www.32rba.abant.org.br> > downloadpublic>, acesso em 07 set de 2023.

KAIKA, Maria. 2005. *City of flows: Water, modernity, and the city*. New York: Routledge.

NASCIMENTO, E. M. D. 2013. *Parque municipal do Mindu: um olhar para sua problemática ambiental*. Manaus: EDUA.

NORTE FILHO, Antônio F. 2015. *Corredores ecológicos urbanos*. Curitiba: Appris.

OSÓRIO, Andréa. 2022. A cidade e os animais: da modernização à posse responsável. In: Jesus Marmanillo Pereira; Flávio Leonel Abreu da Silveira. (Org.). *Pensando as cidades brasileiras no contemporâneo*. 1ed.São Luís: EDUFMA, p. 26-55.

PARÁ (Estado). 2013. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Comissão de Representação da Bacia do Una. *Relatório Final*. Belém.

PESSOA, Rildo F. *Atividade física e ambiente urbano: lazer e esporte no entorno do igarapé do Mindu – Manaus/AM*. 2009. (Dissertação) Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Universidade do Amazonas, Manaus.

PÉTONNET, Colette. 2008. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. *Antropolítica*, n.25, p.99-111.

RUFINO, Márcia R. C. F. 2021. A água só falta falar: memória, patrimônio ambiental e transformações na ocupação de áreas úmidas na cidade de Manaus, AM. In: *Saberes e ciência plural: diálogos e interculturalidade em Antropologia*. Deise Lucy Oliveira Montardo, Márcia Regina Calderipe Farias Rufino (orgs.). Florianópolis : Editora da UFSC, p.202-230.

SILVEIRA, Flávio. 2020. Sobre homens, botos e peixes: dimensões poético-imaginárias de uma Ecoantropologia Urbana de coletivos humanimais no sul do Brasil. *Revista Antropológicas*, ano 24, 31(1): 7-36.

SOARES, Pedro P. M. A. 2021. A cidade e suas margens: memória e práticas da água na Bacia do Una em Belém (PA). *Amazônica: revista de antropologia*, v. 13.

SOARES, Pedro P. M. A. 2021. Memória ambiental das águas urbanas na bacia do Una em Belém (PA). In: Ana Luiza Carvalho da Rocha; Cornelia Eckert. (Org.). *Tempo e memória ambiental: etnografia da duração das paisagens citadinas*. 1ed.Brasília: ABA Publicações, v. 1, p. 295-324.

SOARES, Pedro P. M. A.; CRUZ, Sandra H. R. 2019. A ecologia política das inundações urbanas na Bacia do Una em Belém (PA). *Emancipação*, v.19 (1), p.1-15.

SOARES, Pedro P. M. A.; SILVEIRA, Flavio L. A. 2022. Transformações urbanas nas paisagens hídricas de Belém (PA): reflexões sobre memórias ambientais e as interações entre humanos e não humanos na Bacia do Una. In: Jesus Marmanillo Pereira; Flávio Leonel Abreu da Silveira. (Org.). *Pensando as cidades brasileiras no contemporâneo*. 1ed.São Luís: EDUFMA, p. 142-169.

TEIXEIRA, Carla; QUINTELA, Maria M. 2011. Antropologia e água: perspectivas plurais. *Anuário Antropológico*, v.36, n.2.

TSING, Anna 2019. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécie no antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas.

VANDER VELDEN, Felipe. 2022. Outras cores e outros cantos: pets silvestres e a natureza nas cidades. In: Jesus Marmanillo Pereira; Flávio Leonel Abreu da Silveira. (Org.). *Pensando as cidades brasileiras no contemporâneo*. 1ed.São Luís: EDUFMA, p.96-118.